

Direito Civil. Direito de Família - do Casamento, arts. 1511 a 1570: Noções Gerais Sobre o Casamento

Luiz Antonio de Oliveira e Araújo

2023

SUMÁRIO

Apresentação – casamento: contrato, negócio ou vínculo jurídico 04

Natureza Jurídica do Casamento..... 06

Do Casamento..... 08

ADI 4277 – União Estável Homossexual.....11

ADPF 132 – União Homoafetiva.....12

Habilitação para o Casamento.....14

Da Capacidade para o Casamento.....16

Conceito de Casamento.....17

Referências18



APRESENTAÇÃO – casamento: contrato, negócio ou vínculo jurídico.

Trata-se de material didático produzido a partir da aula da disciplina de Direito Civil: Direito de Família, ministrada no Curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Belo Horizonte, cujo tema é “do Casamento, arts. 1511 a 1570: noções gerais sobre o casamento”.

Objetiva-se com o material didático ora produzido, introduzir o aluno na disciplina, apresentando o conceito de Casamento, seus elementos constitutivos, a importância do conhecimento da teoria sobre os diferentes conceitos de casamento assim como a compreensão de sua natureza jurídica.

Após esses primeiros passos, que buscam formar uma base sólida acerca do Direito de Família, o aluno estará preparado para dar seguimento ao estudo da classificação das modalidades de regimes do casamento; assim como iniciar no segmento da União Estável e suas classificações.



Historicamente o casamento deixa de ser uma estrutura material para se tornar o adorno da sociedade e sua base nas relações públicas e privadas.

- SCHOPENHAUER “em nosso hemisfério monogamo, casar é perder metade de seus direitos e duplicar seus deveres.”
- Clóvis Beviláqua “O casamento é um contrato bilateral e solene, pelo qual um homem e uma mulher se unem indissolavelmente, legalizando por ele suas relações sexuais, estabelecendo a mais estreita comunhão de vida e de interesses, e comprometendo-se a criar e educar a prole, que de ambos nascer.”

Lamartine Corrêa de Oliveira define como “o negócio jurídico de direito de Família por meio do qual um homem e uma mulher se vinculam através de uma relação jurídica típica, que é a relação matrimonial. Esta é uma relação personalíssima e permanente, que traduz ampla e duradoura comunhão de vida.”

CONCEITO DE CASAMENTO: é o vínculo jurídico entre o homem e a mulher (ou entre pessoas do mesmo sexo - res. do Conselho Nacional de Justiça CNJ nº 175/2013 – Min. Joaquim Barbosa); que visa o auxílio mútuo material ou espiritual, de modo que haja uma integração fisiopsíquica e a constituição de uma família. (Maria Helena Diniz, 2017).



Natureza Jurídica do Casamento

Várias são as concepções:

- Conceção clássica – individualista ou contratualista – considera o casamento um **CONTRATO**, cuja validade e eficácia decorreriam exclusivamente da vontade das partes. (artigo 1515 CC)
- Conceção institucionalista ou supraindividualista – para essa corrente o casamento é **produto de uma instituição social**, com suas solenidades previamente estabelecidas pelo legislador.
- Terceira corrente de natureza eclética ou mista – sendo vista com um ato complexo, sendo o **somatório de uma instituição e contrato**. No entanto, é visto como um contrato de mecanismos diversos, haja vista que no casamento o interesse é também pessoal, moral e não puramente patrimonial na sua efetivação.

É em verdade um contrato especial, de direito de família, sendo sua situação jurídica a fonte de seu surgimento, organizados conforme regras Estatais, para cumprir assim o interesse de duas pessoas.



O casamento é **ato**, **negócio**, **contrato** ou **instituição**?

- ❑ Sentido do art. 1514 do Código Civil.
- ❑ Comunhão plena de vida e o sentido do art. 1.566, I a V, CC.
- ❑ Casamento civil e religioso com efeitos civis.



Do Casamento

- gratuidade de celebração e, com relação à pessoa cuja pobreza for declarada sob as penas da lei, também de habilitação, registro e da primeira certidão (art.1512);
- regulamentação e facilitação do registro civil do casamento religioso (art.1516, §§ 1º, 2º (prazo art. 1532), 3º);
- redução da capacidade para casar para 16 anos (art.1517), exigindo-se a autorização de ambos os pais ou de seus representantes legais – divergência entre os pais §º único do art. 1631) ;
- previsão somente dos impedimentos absolutos, **NÃO PODEM CASAR**, reduzindo-se o rol (art.1521 incisos I a VII);
- Tratamento das hipóteses de impedimentos relativamente dirimentes do CÓDIGO CIVIL 1916 não mais como impedimentos, mas como casos de casamento anulável (art.1550, incisos I a VI §§ 1º e 2º - III ver arts. 1556 a 1558 * art.1557, III – redação Lei 13146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência).



- substituição dos antigos impedimentos ou meramente proibitivos pelas causas suspensivas, NÃO DEVEM CASAR: (art.1523, I a IV);
- exigência da homologação da habilitação para o casamento pelo juiz (art.1526), **art.1525: habilitação para o casamento;**
- casamento por procuração mediante instrumento público, com validade restrita a 90 dias (art. 1542), **art. 1542, §2º no casamento nuncupativo: feito oralmente e não por escrito (diz-se de ato jurídico);**
- consolidação da igualdade dos cônjuges, aos quais compete à direção da sociedade conjugal, com o desaparecimento da figura do chefe de família (art.1565, *caput* e § 2º e 1567);
- oficialização do termo sobrenome e possibilidade de adoção do utilizado pelo outro por qualquer dos nubentes (art.1565, § 1º).



- Ato solene.
- Organizado de forma pública.
- Plenitude entre nubentes com igualdade de direitos e deveres – **artigo 226, §5º CF.**
- Concepção de forma permanente – **EC 66/2010**. Dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a **dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos.**

Negócio jurídico puro ou simples, por não comportar termo ou condição - Negócio jurídico é uma subcategoria da modalidade relação jurídica. Relação jurídica, por sua vez, **"consiste em um vínculo entre dois ou mais sujeitos de direito, segundo formas que são previstas pelo ordenamento jurídico e geram direitos e/ou obrigações para as partes"**.

Escolha livre dos nubentes.

Diversidade dos sexos (ADI 4277 e ADPF 132 – 05/05/2011 - Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 175, de 14 de maio de 2013).



ADI 4277 – União Estável Homossexual

A **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)**, proposta em 22 de julho de 2009 pela Procuradora-Geral da República, tem por objeto o **obrigatório reconhecimento no Brasil da união entre pessoa do mesmo sexo, como entidade familiar**, desde que atendidos os requisitos exigidos para a constituição da união estável entre homem e mulher e que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis estendam-se aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo.

A arguição foi julgada conjuntamente com a **ADPF 132**, reconhecendo à união estável entre casais do mesmo sexo interpretação conforme a Constituição Federal para excluir qualquer significado do **artigo 1.723 do Código Civil** que impedisse o reconhecimento desta união.



ADPF 132 – União Homoafetiva

A **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)**, proposta em 27 de fevereiro de 2008 pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro.

O julgamento da ADPF 132 ocorreu entre os dias 4 e 5 de maio de 2011. A ação foi julgada conjuntamente com a **ADI 4277**, **reconhecendo-se por unanimidade a constitucionalidade da união estável entre casais do mesmo sexo** e conferindo-se interpretação conforme a Constituição Federal para **excluir qualquer significado** do **artigo 1.723 do Código Civil** que impeça o reconhecimento desta união.

No julgamento, pontuou-se que o sexo da pessoa não deve ser usado como fator de desigualação jurídica e que a expressão “família”, utilizada pela Constituição Federal, não se limita a formação de casais heteroafetivos, devendo-se reconhecer a união homoafetiva como família segundo as mesmas regras e consequências da união heteroafetiva.



Como registrar um contrato de União Estável em Cartório?

A formalização de um contrato é bem simples: basta ir até o Cartório de Notas e solicitar uma Declaração de **União Estável** e escolher o regime de divisão de bens. Para isso, é necessário apresentar documentos pessoais como CPF, documento de identidade e comprovante de residência, originais.

Qual Cartório reconhece a União Estável?

A escritura pública ou sentença declaratória de **união estável** pode ser encaminhada ao Cartório de Registro Civil para registro, a fim de garantir segurança jurídica e publicidade à relação conjugal.



HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO:

Consiste na apresentação de documento para o oficial de cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais. Sendo necessário à homologação do Juiz.

Os documentos necessários estão arrolados nos incisos do art.1.525 do Código Civil:

- I – certidão de nascimento ou documento equivalente;
- II – autorização por escrito das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra;
- III – declaração de duas testemunhas maiores, parentes ou não, que atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento que os iniba de casar;
- IV – declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos;
- V – certidão de óbito do cônjuge falecido, de sentença declaratória de nulidade ou de anulação de casamento, transitada em julgado ou do registro da sentença de divórcio.



Com possibilidade de gratuidade (artigo 1512 CC c/c artigo 226, §1º CF).

“Artigo 1512 – O casamento é civil e gratuita a sua celebração.

Parágrafo único. A habilitação para o casamento, o registro e a primeira certidão serão isentos de selos, emolumentos e custas, para as pessoas cuja pobreza for declarada, sob as penas da lei.”

Conversão de união estável em casamento (artigo 226, §3º CF c/c Lei 9278/96 – Lei da União Estável, que regula o § 3º do art. 226, da CF).



DA CAPACIDADE PARA O CASAMENTO

Artigos 1517 ao 1520 CC. Art. 1.518. Até a celebração do casamento podem os pais ou tutores revogar a autorização. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015).

IDADE HÁBIL – 16 anos para mulher e homem com autorização dos responsáveis.

Não havendo concordância entre os responsáveis, a contenda será resolvida no judiciário (artigo 1631, §º único), assim como até a celebração pelos pais, tutor ou curador, levando o pedido de revogação ao Judiciário para final decisão.

Casos excepcionais (artigo 1520), relativo aos crimes contra os costumes, contra o menor ou a menor, ou o estado de gravidez, suprimimento judicial. (artigo 1551 c/c 1641, III – Súmula 377 STF - Supremo Tribunal Federal).

Súmula 377 - no regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento.



CONCEITO DE CASAMENTO

Artigo 1511. O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.



REFERÊNCIAS

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Direito de Família - Volume 5.** São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família - Volume 6.** São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias - Volume 5.** São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
- SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo.** São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

